

Ocupações em escolas recriam movimento estudantil

Estudantes que tomaram 190 unidades no Estado contra reforma se organizam nos colégios, estabelecendo regras para o protesto e tarefas

SÃO PAULO - Nas últimas três semanas, adolescentes, a maioria entre 13 e 18 anos, colocaram a educação no centro do debate público. Ao ocuparem 190 escolas, os alunos assumem novos papéis. Eles lideram um movimento crescente – para muitos, a primeira experiência de manifestação política. Ao mesmo tempo, descobrem que manter o movimento exige muita organização.

Responsáveis pela primeira unidade ocupada, os alunos da escola Diadema, Grande São Paulo, tomaram o prédio após notar que era necessário ir além do abaixo-assinado e das passeatas. “Não imaginávamos que a nossa luta seria seguida por tantos estudantes”, afirma Raíssa Fiel Silva, de 16 anos, do 2.º ano do ensino médio.

O estudante Mateus Doná, de 17 anos, do 2.º ano da escola Moacyr de Campos, zona leste da capital, tem dormido na unidade desde o dia 17. “É a primeira vez que participo de algo assim. Eu nunca ouvi falar em ocupação de escolas. Talvez seja o máximo que os estudantes já fizeram no Brasil”, diz ele.

Cercada quatro dias por PMs, a Fernão Dias Paes, zona oeste, deu destaque ao movimento. Para Heudes Oliveira, de 18 anos, aluno do 3.º ano, a experiência inédita para os estudantes de se organizar e tomar decisões deve mudar a forma como vão se relacionar com a escola. “Vimos que temos poder, que podemos influenciar o cenário. Ninguém sairá como entrou.”

A organização nas ocupações e a articulação entre as escolas têm garantido a expansão do movimento. A Justiça entendeu que se busca discutir a reforma da gestão Geraldo Alckmin (PSDB), e não apenas tomar a posse dos prédios.



Organização. Nas dez ocupações visitadas pela reportagem, em todas as regiões da capital, o cotidiano envolve regras e tarefas. Há grupos para programação cultural, cozinha, limpeza, comunicação e segurança. As decisões são tomadas em assembleias. Em algumas unidades, há presença de entidades estudantis, membros de sindicatos e de movimentos sociais.

Na escola Sílvio Xavier, na zona norte, a desobediência às regras é punida com advertência. Reincidências podem levar ao banimento, decidido em assembleia. Na porta, pais e professores montaram uma tenda e fazem vigília. A unidade é uma das 93 escolas que serão fechadas. Na escola Padre Saboia de Medeiros, zona sul, as salas foram divididas entre meninos e meninas. Depois das 22h30, ninguém entra ou sai.

Robson Bruno, de 18 anos, do 2.º ano do ensino médio, cuida da cozinha no Saboia. “Uma aluna é a chef e fica com o arroz e feijão, outras duas mantêm a limpeza e picam os legumes.” Os alimentos, na maioria, são doações de vizinhos, pais, professores e apoiadores, pela internet. “Quando falta algo, pedimos para outras escolas e eles também pedem”, diz Mateus Almada, de 16 anos, do 2.º ano do médio da escola Plínio Negrão, na zona sul. Nas unidades visitadas, o patrimônio foi respeitado. Já houve até melhorias.

O professor Carlos Roberto Jamil Cury, da PUC Minas, explica que a gênese do movimento estudantil do final dos anos 1960 e início dos 1970 no País também esteve associada a uma reforma. “As crianças que eram do primário passaram a ser

do primeiro grau de oito anos. Isso provocou uma remodelação física na rede escolar. É quando houve uma mobilização contra o fato de os estudantes terem de ficar na mesma escola”, diz. “Os secundaristas naquele momento defendiam o maior número de escolas.”

Nas ocupação atuais eles já discutiram feminismo, sociologia, tocaram violão e também debatem o movimento. “Ficaremos aqui no Natal, ano-novo, carnaval. Ou até o outro Natal, se necessário”, garante Samuel Oliveira, de 18 anos, ex-aluno da Moacyr de Campos, que participa da ocupação.

Governo Alckmin diz que vai cumprir lei do piso dos professores

Norma estabelece que nenhum docente da rede pública poderá ganhar menos do que R\$ 2.298,80 a partir deste ano

SÃO PAULO - O governo Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou que vai cumprir o piso do magistério, que garante que nenhum professor da rede pública poderá ganhar menos do que R\$ 2.298,80 a partir deste ano. Para isso, fará o reajuste do salário de 18,3 mil professores que hoje recebem R\$ 2.086,93. Ainda assim, o restante da rede, de 210 mil docentes, que está sem reajuste salarial desde junho de 2014, segue sem novas definições de aumento.

Apesar de a maior parte dos professores receberem acima do piso (90%), o governo vinha descumprindo a lei desde 2015 por não pagar o valor mínimo a seus professores. Os reajustes começarão a ser pagos na folha de pagamento do mês de março. O aumento nos gastos será da ordem de R\$ 68 milhões.

O governo do Estado alega que hoje o salário-base na rede é de R\$ 2.415, acima do piso nacional, e que a média salarial da rede é de R\$ 4.546,60. A rede é a maior do país e atende 5,1 mil escolas.

A Secretaria Estadual da Educação diz ainda que "mantém mesa de negociação permanente com o sindicato dos professores" para discutir reajuste salarial da categoria, que não é feito desde 2014. Naquele ano os docentes realizaram a greve mais longa da história no Estado, com 89 dias, mas não conseguiram o reajuste. No ano passado a pasta cogitou trocar o bônus - prêmio por desempenho que atingiu cerca de 90% dos docentes - por um reajuste salarial de 2,5% - mas a maioria

preferiu manter a bonificação. A pasta ainda não definiu se haverá pagamento de bônus neste ano - que é feito é março - nem se haverá reajuste geral em 2017.

Reportagem do **Estado** publicada em outubro do ano passado revelou que, em dois anos, a [rede estadual paulista de ensino perdeu 44,5 mil professores](#). O total de docentes, somando concursados e temporários, recuou de 251,8 mil para 207,3 mil, queda de 17,7%, segundo balanço oficial. Para conter a diminuição, a gestão Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou a convocação de 20,9 mil professores, aprovados em concurso de 2013, que devem ingressar neste ano na rede.

Para a presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) Maria Izabel Noronha, não há negociação com a categoria por melhoria dos salários. "Por que não se abre a mesa de negociação? O reajuste nem está sendo estudado. A única coisa que eles sabem dizer é que estamos em crise. Não tem como fazer reajuste só de uma parcela da categoria e da outra, não". O sindicato estima que, por causa da inflação, o salário recebido hoje pelos professores do governo do Estado é cerca de 20% menor do que o real recebido em 2014.

A presidente do Movimento Todos Pela Educação Priscila Cruz critica a falta de reajuste de toda a categoria, mas defende que a lei do piso é uma conquista. "A crise é uma oportunidade para o governo definir o que é prioridade. Ela não deveria reduzir o esforço dos Estados e municípios em melhorar os salários da categoria. É duro dizer, mas o governo do Estado, ao não reajustar o salário de todos os professores, diz que a categoria não é uma prioridade".